

Conclusão

Laura Baker-Freire, Mila Freire, Sofia Freire-Raposo

As crianças são hoje, mais do que nunca, a pedra angular da nossa sociedade, uma sociedade envelhecida ou em vias de o ser²⁸. Com efeito, dados demográficos demonstram que no mundo, e em particular em Portugal, o nível da substituição das gerações (índice sintético de fecundidade) se situa abaixo de 2.1, valor considerado necessário para ocorrer substituição de gerações (Em Portugal, o índice sintético de fecundidade era de 1.2, em 2014, o valor mais baixo da Europa, sendo que este valor foi de 1.6 na Europa) (INE, 2015). Contudo, não podemos limitar a importância das crianças a uma questão demográfica. As crianças são a semente da inovação e do progresso, a base do capital humano necessário para enfrentar as necessidades de uma sociedade complexa como é a nossa. Se não tomarmos conta das crianças não estamos a tomar conta do futuro. Elas têm que ser acarinhadas para desenvolverem todo o seu potencial e tornarem-se em adultos capazes de exercer o seu poder transformador da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e mais digna. Mas, para tal, é fundamental que as crianças cresçam nos princípios da tolerância, da dignidade e da liberdade, e que aprendam a respeitar o outro, a aceitar a diversidade, a fomentar a paz e a justiça. Este princípio de tomar conta, de proteger, de fornecer cuidados especiais, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual (UNICEF, 1989) é bem evidente na Convenção sobre os Direitos da Criança, publicada em 1989 pela UNICEF, que afirma:

as crianças devem receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade; devem crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão; e ser educadas no espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade.

Contudo, verificamos que há grupos de crianças que por circunstâncias diversas não têm acesso ao conjunto de recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento intelectual, emocional e físico e que, como tal, estão inibidas de contribuir com todo o seu potencial. Segundo dados apresentados por Mila Freire, citando *The Lancet* (2007), mais de 200 milhões de crianças abaixo de cinco anos estão condenadas a ficar abaixo do seu potencial devido a pobreza, deficiência nutricional e falta de oportunidades de aprendizagem. Numa perspetiva distinta, mas igualmente importante, é de referir o aumento, em Portugal, do número de casos de exposição a comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento da criança (nos quais se enquadram as situações de violência doméstica e o consumo de estupefacientes). Em 2014, foram comunicados à CPCJ 19603 desses casos. A um nível menos global, refere Sílvia Rufino que atualmente os casos de violência doméstica constituem a maior problemática com que Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Távira

²⁸ Em 2017, a Europa tinha um índice de envelhecimento de 20% -- a percentagem de pessoas com mais de 65 anos. Os países mais envelhecidos incluem Japão (26%), Itália, Alemanha, Portugal, Finlândia, Bulgária, Suécia e Látia. <http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS>

trabalha, salientando também um acréscimo do número de jovens que assumem comportamentos de risco. O problema da violência doméstica que coloca as crianças numa situação de grande vulnerabilidade não é um problema exclusivo de Portugal; é um problema a nível mundial. Com efeito, investigação nos Estados Unidos da América mostra que, em 2003, cerca de 42% das crianças foram expostas ou foram vítimas de violência doméstica (Moore et al., 2007) e que crianças em casas onde há violência doméstica têm uma probabilidade 15 vezes maior de ser abusadas do que crianças em casas sem violência (Volpe, 1996). Ora a violência doméstica (quer diretamente sobre as crianças, quer indiretamente porque presenciam uma situação conflituosa grave entre os progenitores) compromete gravemente o desenvolvimento das crianças, tal como referem Patrícia Piedade e Luísa Picoito, citando Machado & Gonçalves (2002), aumentando a propensão para depressão e baixa autoestima, fraco rendimento escolar. Os resultados intergeracionais são também conhecidos: crianças abusadas tendem a replicar os padrões de violência com os seus parceiros e filhos (Laing & Bobic, 2002).

Assim, identificar a crianças em risco e em perigo, e implementar programas preventivos adequados (e quando necessário também remediativos) são os grandes desafios da política social contemporânea. Não podemos aceitar as coisas tal como são, temos que repensar a situação presente com vista à transformação do mundo. Doug Frey cita Robert Kennedy, dando conta da importância de olhar o presente com vista à construção de um mundo melhor: “Alguns Homens veem as coisas como elas são e perguntam: Porquê? Outros Homens sonham as coisas como elas deveriam ser e perguntam: Porque não?”

Esta deve ser uma preocupação da sociedade civil e não só de organismos internacionais como UNICEF, OECD, World Bank, ou dos governos nacionais. E de facto, observa-se um número crescente de organizações filantrópicas, instituições de pesquisa e de política que estudam e intervêm sobre estas questões/situações. Sendo o Soroptimismo Internacional (SI) uma organização de mulheres profissionais voluntárias, que advogam pelos direitos humanos e questões de igualdade de género, considerámos, enquanto membros do SI Clube de Tavira, que, com as nossas múltiplas valências e conhecimentos podíamos editar um livro através do qual pudéssemos refletir sobre estas questões e determinar um caminho para a nossa atuação. Dada a sua complexidade, a temática da criança em risco e em perigo exige um olhar multidisciplinar, tendo sido considerados neste livro diferentes olhares: histórico, jurídico e assistencial, psicológico, educacional e relacionado com desigualdade económica e social. Em cada vertente, procurámos fazer uma abordagem analítica e explorar casos particulares que ajudem a ressaltar os grandes desafios e potenciais de ação da sociedade civil. É isto que se pretende agora com esta conclusão: realçar as ideias principais e com base nessas ideias pensar em linhas de trabalho futuras.

Neste livro debruçamo-nos sobre a ideia de criança em risco, que explorámos segundo uma perspetiva macro (socio-económica-urbana) e de saúde pública, e focámo-nos nas crianças em risco, segundo uma perspetiva histórica, legal e assistencial, uma perspetiva clínica e uma perspetiva educacional. Segundo Doug Frey, à ideia de criança em risco está subjacente a ideia da vulnerabilidade. Doug Frey identifica cinco áreas de risco

que são especialmente relevantes para o desenvolvimento saudável da criança: fatores maternos, défices nutricionais, contaminantes ambientais, lesões/traumas e *stress* psicossocial; é a interação entre estas áreas de risco e os recursos económicos, sociais, socioculturais, educacionais, nutricionais e físicos, que origina uma maior vulnerabilidade, i.e., uma maior ou menor probabilidade da criança não vir a ter um desenvolvimento saudável. É evidente que algumas crianças são mais vulneráveis a determinadas áreas de risco e aos seus efeitos negativos. Aquelas mais vulneráveis desenvolvem problemas psicológicos e comportamentais, e apresentam fraco rendimento escolar, problemas de personalidade, e de inserção na família e na sociedade.

Mila Freire explora as questões da criança em risco tendo em conta uma perspetiva económica e urbana. Segundo a perspetiva que apresentou, o contínuo crescimento e mudança tecnológica, bem como a distribuição de rendimento e condições de vida cada vez mais desiguais constituem fatores de risco para as crianças. Com efeito, aponta Mila Freire, na cauda dessa distribuição desigual de rendimentos e de recursos (materiais e simbólicos), encontram-se as crianças, muitas das quais nascem sem as condições mínimas de nutrição, estímulo, saúde, segurança e estabilidade. Fatores biológicos e psicossociais associados à pobreza acentuam as desigualdades no desenvolvimento da criança de tenra idade, limitando o seu rendimento escolar e a produtividade do adulto, perpetuando assim o ciclo vicioso da pobreza.

Mas as circunstâncias do mundo atual não afetam apenas de forma bastante marcante as crianças que à partida se encontram em situações mais desfavorecidas; estas circunstâncias criam uma grande vulnerabilidade nas famílias, que é favorável ao desenvolvimento da violência doméstica, levando a situações de humilhação, desigualdade e injustiça que são de resolução muito complicada. Infelizmente, a violência doméstica é transversal, fazendo vítimas não só as mulheres mas também crianças, pessoas idosas e pessoas deficiente. Em Portugal, a violência doméstica é um crime de acordo com o Código Penal, como o referem Patrícia Piedade e Luísa Picoito. As definições de violência doméstica são claras e associam penas de um a dez anos conforme o tipo de violência e se é perpetrado contra cônjuges ou crianças.

Este enquadramento legal, embora claro, não consegue resolver todos os casos de violência doméstica. Em primeiro lugar, as ações judiciais necessitam de uma queixa formal por parte da vítima. Frequentemente, a vítima humilhada e diminuída não tem condições psicológicas para se considerar abusada, prejudicando a autonomia de apresentar a queixa. Em segundo lugar, a violência doméstica ocorre no domínio privado da família, tornando difícil a interveniência ou denúncia de vizinhos ou da comunidade. O ditado português “entre marido e mulher não se mete a colher” denota a aceitação cultural de que o que se passa entre casais não é do foro da comunidade, mesmo quando essa violência pode resultar em enorme sofrimento para as vítimas crianças, mesmo quando é considerado crime público como o realçam Patrícia Piedade e Luísa Picoito. Assim, muito embora seja fundamental penalizar estes comportamentos, outras ações complementares são urgentes para alertar a comunidade e aumentar o conhecimento de programas alternativos para vítimas e

seus filhos. Discutir as origens da violência doméstica a nível local, desenvolver programas de reeducação, prevenção e programas sociais a nível da família, parecem ser outras medidas essenciais.

É conhecido o enorme impacto da violência doméstica no desenvolvimento emocional e físico das crianças que presenciam ou são parte da violência doméstica. Mas e quando, por circunstâncias diversas, a mãe não está presente (física ou psicologicamente) na vida da criança? Doug Frey menciona em detalhe a influência que a relação entre a criança e a mãe tem no desenvolvimento desses problemas comportamentais, nomeadamente quando não existem laços de afeto e amor entre a criança e a mãe, levando à falta de segurança, ressentimento e fraca autoestima, os quais vão dar origem a comportamentos disruptivos. A criança sente a falta de amor, apreço e valorização que os pais não lhe dão e isto promove sentimentos de zanga, traição e ressentimento. Isabel Castelo e Maria Helena Horta partilharam casos de crianças que não receberam afetos, perdidos num mundo interno recheado de amor e raiva, num mundo difícil de entender. A criança que passou por uma vida difícil, enfrentou experiências traumáticas, tendo acima de tudo a tendência de resguardar o amor a figuras parentais, e idealizando um mundo de bons e maus para justificar o amor àqueles que os abandonaram ou fizeram sofrer.

Isabel Castelo, com a sua experiência clínica relatou o caso de Alexandre, uma criança nascida de uma jovem mãe, que sofre com a mudança sucessiva de parceiros da mãe, aos quais ele se dedica emocionalmente só para ser rejeitado quando a mãe muda de amante ou quando é sujeita a violência irracional. A raiva, desespero e traição são assuntos que a psicoterapeuta tenta discutir com a criança, sabendo de antemão que o jovem vai guardar no seu íntimo a imagem de amor pelos pais que o não souberam ou quiseram amar. Mas a raiva continua e o teste de verificar através de provocação e raiva para provar que vai continuar sozinho ou para testar que também os avós e, quem sabe, a terapeuta o vão também deixar só. Maria Helena Horta descreve o caso de um aluno, o Samuel, que ingressou a meio do ano na sua turma. Um aluno agressivo e, simultaneamente, muito fechado sobre si mesmo. Relata a sua intervenção com o aluno e como progressivamente, a relação que estabeleceu com ele, uma relação educadora-aluno, foi fundamental para que ele estabelecesse laços com os pares, se sentisse amado e valorizado e baixasse algumas das suas defesas, deixando-se também amar. Contudo, tal como chegou, foi-se, de repente, bruscamente. Este caso chama a atenção da importância da relação professor-aluno para o desenvolvimento emocional e social da criança, sendo esta relação particularmente importante naquelas crianças mais vulneráveis e com maiores dificuldades. Contudo, este caso também nos mostra que a atuação face a estas crianças tem que ser uma atuação articulada, envolvendo diversas instituições.

A urgência de detetar estas situações e de atuar decisivamente é hoje reconhecida pela maioria dos países. Isto passa por políticas nacionais de proteção da criança, jardins-de-infância, educação dos pais, e consciencialização da sociedade sobre a importância fundamental da interação da criança com adultos, o papel do afeto como base do desenvolvimento intelectual e emotivo, o papel negativo do *stress* no desenvolvimento da criança, e como as primeiras interações entre a criança e os pais afetam a sua capacidade

de aprender a lidar com o *stress* e outras circunstâncias de vida. Em comparação com os custos sociais de não fazer nada para reduzir os riscos, estes programas não são excessivamente caros. Estes programas são eficientes, não só do ponto de vista educacional, como também económico. Estima-se que, por cada dólar investido em programas de proteção de crianças, o retorno seja entre os 8 e 12 dólares. Este pode ser mais um argumento convincente da importância de atacarmos este problema com vigor e urgência. Mas o custo não é tudo. Às vezes, o recurso mais importante é o de uma visão mais profunda e de longo prazo.

Tudo isto chama a atenção para a prevenção e para o papel fundamental que a sociedade tem para a mudança de paradigma. Não é a criança que é responsável pelo facto de estar em risco ou em perigo, mas é a sociedade que não lhe proporcionou condições para que tenha o desenvolvimento completo que merece.

Como investir e assegurar que as crianças podem ter acesso a condições fundamentais para um crescimento saudável, a nível emocional, físico e intelectual? Para isso, o esforço contínuo da comunidade é essencial. O Soroptimismo Internacional como movimento da sociedade civil, que visa o desenvolvimento das mulheres e das crianças, oferece um excelente meio de reflexão sobre este tema tão difícil quanto urgente, oferecendo uma oportunidade única de chamada de atenção para o problema das crianças em risco e em perigo a nível da família, escola, sistema legal e sociedade em geral. Ao nos sensibilizarmos para esta problemática, bem como para a sua relevância e urgência, estamos a construir os meios para que possamos agir de forma focalizada e vigorosa. A contribuição que mulheres profissionais de diferentes áreas deram a este livro organizado pelo SI Clube de Tavira, é uma prova efetiva de como é importante partilhar o conhecimento e as experiências com outras pessoas.

Como ideias possíveis para o SI Clube de Tavira, podíamos propor a análise de crianças em risco e em perigo e programas de apoio na prevenção e na remediação a nível nacional e internacional, comparando se possível a dimensão do problema e a intersecção entre sociedade, família e sistema judicial no abordar desta questão.

Referências

- UNICEF (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Paris: UNICEF
- INE (2015). *Estatísticas demográficas 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Moore, C., Probst, J., Tomplins, M., Cuffe, M. & Martin, A. (2007). The Prevalence of Violent Disagreements in US Families: Effects of Residence, Race/Ethnicity and Parental Stress. *Pediatrics*, 119(1).
- Volpe, J.S., (1996). *Effects of Domestic Violence on Children and Adolescents: An Overview*. The American Academy of Experts in Traumatic Stress.
- Laing, L & Bobic, M. (2002). *Literature review. Economic Costs of Domestic Violence*. University of New South Wales, Australia.